Medida Provisória n° 2199-14, de 2001

Autoria: Presidência da República

Iniciativa:

Ementa:

Altera a legislação do imposto de renda no que se refere aos incentivos fiscais de isenção e de redução, define diretrizes para os incentivos fiscais de aplicação de parcela do imposto sobre a renda nos Fundos de Investimentos Regionais, e dá outras providências.

Assunto: Economia e Desenvolvimento - Tributos

Data de Leitura: -

Em tramitação

Decisão: -

Destino: -

Último local: 31/08/2012 - Coordenação de Arquivo

Último estado: 26/02/2024 - EM TRAMITAÇÃO ANTES DA EC 32

Matérias Relacionadas:

Medida Provisória nº 2058/1 de 2000

Medida Provisória nº 2058/2 de 2000

Medida Provisória nº 2058/3 de 2000

Medida Provisória nº 2058/4 de 2000

Medida Provisória nº 2128/7 de 2001

Medida Provisória nº 2128/8 de 2001

Medida Provisória nº 2128/9 de 2001

Medida Provisória nº 2128/10 de 2001

Medida Provisória nº 2128/11 de 2001

Medida Provisória nº 2199/12 de 2001

Medida Provisória nº 2199/13 de 2001

TRAMITAÇÃO

26/02/2024 Mesa - Mesa Diretora do Congresso Nacional

Situação: EM TRAMITAÇÃO ANTES DA EC 32

Ação: A Medida Provisória permanece em vigor nos termos da Emenda Constitucional nº 32 de 2001. A guarda do processado físico é

TRAMITAÇÃO

transferida para o Arquivo Legislativo do Senado Federal.

13/09/2023 Mesa - Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação: A partir desta data, a matéria passa a tramitar exclusivamente em processado eletrônico. A guarda do processado físico é transferida da Secretaria Legislativa do Congresso Nacional para o Arquivo Legislativo Senado Federal. Novos documentos que devam integrar os autos serão juntados à matéria apenas em formato digital.

21/12/2022 SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

Ação: A proposição continua a tramitar, nos termos do art. 332 do Regimento Interno.

27/10/2021 Mesa - Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação: Juntadas, em via digital, versões certificadas da publicação no DOU das Leis nºs 11.196, de 21 de novembro de 2005, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, 12.715, de 17 de setembro de 2012, 12.859, de 10 de setembro de 2013, 12.995, de 18 de junho de 2014, 13.682, de 19 de junho de 2018, e 13.799, de 3 de janeiro de 2019, que alteram dispositivos da presente Medida Provisória.

21/10/2021 Mesa - Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação: Juntada, em via digital, versão certificada da publicação no DOU da Lei nº 14.227, de 30 de agosto de 2021, que altera dispositivo(s) da presente Medida Provisória.

31/08/2012 SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

Ação: Juntadas fls. nºs 139 a 143, referentes à cópia do DOU de 31 de agosto de 2012, em que consta a publicação da Lei n° 12.712, de 30 de agosto de 2012 (oriunda do PLV n° 19/2012; MPV n° 564/2012) , que altera dispositivos da presente Medida Provisória.

03/08/2011 SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

Ação: Juntadas fls nºs 136 a 138, referente a cópia do DOU, onde consta a publicação da Medida Provisória nº 540, de 2 de agosto de 2011, que altera o art 1º desta Medida Provisória, que passa a vigorar acrescido dos §§ 1º-A e 3º-A.

11/11/2008 SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

Ação: ** AÇÃO DE SANEAMENTO ** Nesta data foi realizada a verificação de dados nos sistemas informatizados, em atendimento aos objetivos definidos no Ato nº 24, de 2008, do Presidente do Senado Federal. Este registro não representa um novo andamento na tramitação desta matéria.

05/07/2004 SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

Situação: PRONTO PARA DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

Ação: Anexado cópia do Oficio SGM/P nº 1481, de 07 de novembro de 2002, do Presidente da Câmara dos Deputados ao Presidente do Senado Federal, encaminhando o Ofício nº 333, datado de 23 de outubro do corrente, da Associação dos Juizes Federais do Brasil, conforme consta às folhas nº 133 a 135.

27/08/2003 SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

Ação: Anexadas folhas nºs 131 a 132, referentes a designação da Comissão Mista, atualizada até a presente data.

TRAMITAÇÃO

30/04/2003 SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

Ação: Anexada folha nº 130, referente ao Ofício do Líder do PMDB do Senado Federal de substituição de membros para compor a Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória.

Publicado no DSF Páginas 9269

26/03/2003 SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

Ação: Anexada folha nº 129, referente ao Ofício do Líder do PPB da Câmara dos Deputados de substituição de membros para compor a Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória.

Publicado no DSF Páginas 4801

11/11/2002 SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

Ação: Promulgada a Emenda Constitucional nº 32, em 11 de setembro de 2001, publicada no DOU (Seção I) de 12 de setembro de 2001, que em seu artigo 2º determina:

"Art. 2º As medidas provisórias editadas em data anterior à da publicação desta emenda continuam em vigor até que medida provisória ulterior as revogue explicitamente ou até deliberação definitiva do Congresso Nacional".

28/11/2001 SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

Ação: Anexada folha nº 128, referente ao Ofício do Líder do PMDB do Senado Federal de indicação de membros para compor a Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória.

Publicado no DSF Páginas 29723

07/11/2001 SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

Ação: Anexada folha nº 127, referente ao Ofício do Líder do PMDB da Câmara dos Deputados de indicação de membros para compor a Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória.

Publicado no DSF Páginas 27767

01/11/2001 SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

Ação: Anexada folha nº 126, referente ao Ofício do Líder do PFL do Senado Federal de indicação de membros para compor a Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória.

Publicado no DSF Páginas 26978

19/09/2001 SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

Ação: Anexadas fls. nºs 103 a 125, referentes à Mensagem nº 571/2001-CN.

Publicado no DCN Páginas 21044-21066

10/09/2001 CN-SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS-CN

Ação: Esgotado o prazo regimental sem a instalação da Comissão Mista.
À SSCLCN.

05/09/2001 CN-SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS-CN

TRAMITAÇÃO

Ação: Anexado OF.PSDB/I/Nº 565/2001, da Liderança do PSDB na Câmara, substituindo o Deputado Aécio Neves pelo Deputado Xico Graziano como membro titular da Comissão Mista (fls. 102).

Publicado no DSF Páginas 20775

04/09/2001 CN-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação: Nesta data foram encaminhadas à SEEP as Emendas nsº 21 a 23 para a confecção dos respectivos avulsos. Publicadas no DSF em 05.08.2001.

À SACM.

04/09/2001 CN-SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS-CN

Ação: Encaminhada uma via das emendas à SSATA para publicação e confecção de avulsos.

04/09/2001 CN-SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS-CN

Situação: AGUARDANDO INSTALAÇÃO DA COMISSÃO

Ação: No prazo regimental foram adicionadas à Medida Provisória 3 (três) emendas de nºs 021, 022 e 023, de autoria do Deputado Fernando Coruja (fls. 98 a 101).

Publicado no DSF Páginas 20898-20901

29/08/2001 CN-SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS-CN

Situação: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS

Ação: Convalidadas as emendas de nºs 001 a 020 constantes da reedição anterior, nos termos do Ofício CN nº 103/99 (DSF 07.05.99).

28/08/2001 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Ação: Ao Serviço de Comissões Mistas.

Publicado no DOUE Páginas 63-65

28/08/2001 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Situação: AGUARDANDO INSTALAÇÃO DA COMISSÃO

Ação: Convalidada a Comissão Mista destinada a apreciar a MP nº 2.199-13/2001, nos termos do Ofício CN nº 103/99 (DSF 07.05.1999).

DOCUMENTOS

Texto inicial - MPV 2199-

Data: 27/08/2001

Autor: Presidência da República

Local: null

Descrição/Ementa: Altera a legislação do imposto de renda no que se refere aos incentivos fiscais de isenção e de redução, define diretrizes para os incentivos fiscais de aplicação de parcela do imposto sobre a renda nos Fundos de Investimentos Regionais, e dá outras providências.

Avulso inicial da matéria

Data: 28/08/2001

Autor: -

Local: SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Ação Legislativa:

Convalidada a Comissão Mista destinada a apreciar a MP nº 2.199-13/2001, nos termos do Ofício CN nº 103/99 (DSF 07.05.1999).

Avulso de emendas

Data: 28/11/2013

Autor: -

Local: null

Edição de Diário Oficial

Data: 21/10/2021

Autor: Senado Federal

Local: Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação Legislativa: Juntada, em via digital, versão certificada da publicação no DOU da Lei nº 14.227, de 30 de agosto de 2021, que altera dispositivo(s) da presente Medida Provisória.

Descrição/Ementa: LEI Nº 14.227, DE 20 DE OUTUBRO DE 2021 -Altera a Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, a Lei nº10.177, de 12 de janeiro de 2001, a Lei nº 9.126, de 10 de novembro de 1995, a Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, e a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001.

Edição de Diário Oficial

Data: 27/10/2021

Autor: Senado Federal

Local: Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação Legislativa: Juntadas, em via digital, versões certificadas da publicação no DOU das Leis nºs 11.196, de 21 de novembro de 2005, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, 12.715, de 17 de setembro de 2012, 12.859, de 10 de setembro de 2013, 12.995, de 18 de junho de 2014, 13.682, de 19 de junho de 2018, e 13.799, de 3 de janeiro de 2019, que alteram dispositivos da presente Medida Provisória.

Descrição/Ementa: LEI Nº 11.196, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2005: Institui o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação - REPES, o Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras - RECAP e o Programa de Inclusão Digital; dispõe sobre incentivos fiscais para a inovação tecnológica; altera o Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, o Decreto-Lei nº 2.287, de 23 de julho de 1986, as Leis nºs 4.502, de 30 de novembro de 1964, 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.245, de 18 de outubro de 1991, 8.387, de 30 de dezembro de 1991, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, 9.249, de 26 de dezembro de 1995, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.311, de 24 de outubro de 1996, 9.317, de 5 de dezembro de 1996, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 9.718, de 27 de novembro de 1998, 10.336, de 19 de dezembro de 2001, 10.438, de 26 de abril de 2002, 10.485, de 3 de julho de 2002, 10.637, de 30 de dezembro de 2002,

DOCUMENTOS

10.755, de 3 de novembro de 2003, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 10.865, de 30 de abril de 2004, 10.925, de 23 de julho de 2004, 10.931, de 2 de agosto de 2004, 11.033, de 21 de dezembro de 2004, 11.051, de 29 de dezembro de 2004, 11.053, de 29 de dezembro de 2004, 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, 11.128, de 28 de junho de 2005, e a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001; revoga a Lei nº 8.661, de 2 de junho de 1993, e dispositivos das Leis nºs 8.668, de 25 de junho de 1993, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.755, de 3 de novembro de 2003, 10.865, de 30 de abril de 2004, 10.931, de 2 de agosto de 2004, e da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

Edição de Diário Oficial

Data: 27/10/2021

Autor: Senado Federal

Local: Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação Legislativa: Juntadas, em via digital, versões certificadas da publicação no DOU das Leis nºs 11.196, de 21 de novembro de 2005, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, 12.715, de 17 de setembro de 2012, 12.859, de 10 de setembro de 2013, 12.995, de 18 de junho de 2014, 13.682, de 19 de junho de 2018, e 13.799, de 3 de janeiro de 2019, que alteram dispositivos da presente Medida Provisória.

Descrição/Ementa: LEI Nº 12.546, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2011: Institui o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra); dispõe sobre a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) à indústria automotiva; altera a incidência das contribuições previdenciárias devidas pelas empresas que menciona; altera as Leis nº 11.774, de 17 de setembro de 2008, nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, nº 10.865, de 30 de abril de 2004, nº 11.508, de 20 de julho de 2007, nº 7.291, de 19 de dezembro de 1984, nº 11.491, de 20 de junho de 2007, nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e nº 9.294, de 15 de julho de 1996, e a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001; revoga o art. 1º da Lei nº 11.529, de 22 de outubro de 2007, e o art. 6º do Decreto-Lei nº 1.593, de 21 de dezembro de 1977, nos termos que especifica; e dá outras providências.

Edição de Diário Oficial

Data: 27/10/2021

Autor: Senado Federal

Local: Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação Legislativa: Juntadas, em via digital, versões certificadas da publicação no DOU das Leis nºs 11.196, de 21 de novembro de 2005, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, 12.715, de 17 de setembro de 2012, 12.859, de 10 de setembro de 2013, 12.995, de 18 de junho de 2014, 13.682, de 19 de junho de 2018, e 13.799, de 3 de janeiro de 2019, que alteram dispositivos da presente Medida Provisória.

Descrição/Ementa: LEI Nº 12.715, DE 17 DE SETEMBRO DE 2012: Altera a alíquota das contribuições previdenciárias sobre a folha de salários devidas pelas empresas que especifica; institui o Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores, o Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações, o Regime Especial de Incentivo a Computadores para Uso Educacional, o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência; restabelece o Programa Um Computador por Aluno; altera o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores, instituído pela Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007; altera as Leis nº s 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 11.033, de 21 de dezembro de 2004, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 10.865, de 30 de abril de 2004, 11.774, de 17 de setembro de 2008, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, 11.484, de 31 de maio de 2007, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 10.406, de 10 de janeiro de 2002, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 12.431, de 24 de junho de 2011, 12.414, de 9 de junho de 2011, 8.666, de 21 de junho de 1993, 10.925, de 23 de julho de 2004, os Decretos-Leis nº s 1.455, de 7 de abril de 1976, 1.593, de 21 de dezembro de 1977, e a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

Edição de Diário Oficial

Data: 27/10/2021

Autor: Senado Federal

Local: Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação Legislativa: Juntadas, em via digital, versões certificadas da publicação no DOU das Leis nºs 11.196, de 21 de novembro de 2005, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, 12.715, de 17 de setembro de 2012, 12.859, de 10 de setembro de 2013, 12.995, de 18 de junho de 2014, 13.682, de 19 de junho de 2018, e 13.799, de 3 de janeiro de 2019, que alteram dispositivos da presente Medida Provisória.

Descrição/Ementa: LEI Nº 12.859, DE 10 DE SETEMBRO DE 2013: Institui crédito presumido da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) na venda de álcool, inclusive para fins carburantes; altera as Leis nºs 9.718, de 27 de novembro de 1998, 10.865, de 30 de abril de 2004, 11.196, de 21 de novembro de 2005, e 9.532, de 10 de dezembro de 1997,

DOCUMENTOS

e a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, para dispor sobre a incidência das referidas contribuições na importação e sobre a receita decorrente da venda no mercado interno de insumos da indústria química nacional que especifica; revoga o § 2º do art. 57 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005; e dá outras providências.

Edição de Diário Oficial

Data: 27/10/2021

Autor: Senado Federal

Local: Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação Legislativa: Juntadas, em via digital, versões certificadas da publicação no DOU das Leis nºs 11.196, de 21 de novembro de 2005, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, 12.715, de 17 de setembro de 2012, 12.859, de 10 de setembro de 2013, 12.995, de 18 de junho de 2014, 13.682, de 19 de junho de 2018, e 13.799, de 3 de janeiro de 2019, que alteram dispositivos da presente Medida Provisória.

Descrição/Ementa: LEI Nº 12.995, DE 18 DE JUNHO DE 2014: Prorroga o prazo para a destinação de recursos aos Fundos Fiscais de Investimentos, altera a legislação tributária federal; altera as Leis nºs 8.167, de 16 de janeiro de 1991, 10.865, de 30 de abril de 2004, 12.350, de 20 de dezembro de 2010, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, 12.859, de 10 de setembro de 2013, 9.818, de 23 de agosto de 1999, 11.281, de 20 de fevereiro de 2006, 12.649, de 17 de maio de 2012, 12.402, de 2 de maio de 2011, 11.442, de 5 de janeiro de 2007, 9.718, de 27 de novembro de 1998, 12.865, de 9 de outubro de 2013, 12.599, de 23 de março de 2012, 11.941, de 27 de maio de 2009, e 12.249, de 11 de junho de 2010; altera as Medidas Provisórias nºs 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, e 2.199-14, de 24 de agosto de 2001; revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 1.437, de 17 de dezembro de 1975, e das Leis nºs 11.196, de 21 de novembro de 2005, 4.502, de 30 de novembro de 1964, 11.488, de 15 de junho de 2007, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003; e dá outras providências.

Edição de Diário Oficial

Data: 27/10/2021

Autor: Senado Federal

Local: Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação Legislativa: Juntadas, em via digital, versões certificadas da publicação no DOU das Leis nºs 11.196, de 21 de novembro de 2005, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, 12.715, de 17 de setembro de 2012, 12.859, de 10 de setembro de 2013, 12.995, de 18 de junho de 2014, 13.682, de 19 de junho de 2018, e 13.799, de 3 de janeiro de 2019, que alteram dispositivos da presente Medida Provisória.

Descrição/Ementa: LEI Nº 13.682, DE 19 DE JUNHO DE 2018: Altera as Leis n º 10.177, de 12 de janeiro de 2001, 7.827, de 27 de setembro de 1989, 8.167, de 16 de janeiro de 1991, e 10.260, de 12 de julho de 2001, as Medidas Provisórias n º 2.156-5, de 24 de agosto de 2001, e 2.157-5, de 24 de agosto de 2001, e a Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, para modificar a metodologia de cálculo dos encargos financeiros incidentes sobre as operações de crédito não rural com recursos de Fundos Constitucionais de Financiamento e a sistemática de remuneração dos respectivos bancos administradores; e revoga dispositivos da Lei nº 9.126, de 10 de novembro de 1995, e da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001.

Edição de Diário Oficial

Data: 27/10/2021

Autor: Senado Federal

Local: Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação Legislativa: Juntadas, em via digital, versões certificadas da publicação no DOU das Leis nºs 11.196, de 21 de novembro de 2005, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, 12.715, de 17 de setembro de 2012, 12.859, de 10 de setembro de 2013, 12.995, de 18 de junho de 2014, 13.682, de 19 de junho de 2018, e 13.799, de 3 de janeiro de 2019, que alteram dispositivos da presente Medida Provisória.

Descrição/Ementa: LEI Nº 13.799, DE 3 DE JANEIRO DE 2019: Altera a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, para fixar novo prazo para a aprovação de projetos beneficiados com incentivos fiscais de redução e reinvestimento do imposto sobre a renda e adicionais nas áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), e a Lei nº 8.167, de 16 de janeiro de 1991, para dispor sobre os depósitos para reinvestimento efetuados pelas empresas em operação nas áreas de atuação da Sudene e da Sudam; e estende ambos os benefícios para a área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco).

Cópia integral de Processo

Data: 13/09/2023

DOCUMENTOS

Autor: Congresso Nacional

Local: Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação Legislativa: A partir desta data, a matéria passa a tramitar exclusivamente em processado eletrônico. A guarda do processado físico é transferida da Secretaria Legislativa do Congresso Nacional para o Arquivo Legislativo Senado Federal. Novos documentos que devam integrar os autos serão juntados à matéria apenas em formato digital.

Descrição/Ementa: Processo físico integralmente digitalizado.